

CPI dos Bingos pode investigar "máfia do apito"

Relator da comissão que investiga os bingos, Garibaldi Alves Filho informou que entrará em contato com o Ministério Público de São Paulo para obter dados mais detalhados sobre a fraude. Depois dessa informação, senadores vão definir se entram, ou não, na apuração das denúncias.

Página 6



Prefeitos iniciam hoje mobilização por verbas

Luta por aumento de recursos do Fundo de Participação dos Municípios reúne prefeitos em Brasília, hoje e amanhã. Eles receberam apoio dos senadores Ramez Tebet, Leomar Quintanilha e Antônio Carlos Valadares.

Página 4

Esforço concentrado pela reforma política

"Se esse acordo prosperar, vamos deixar o Senado de prontidão", afirma o presidente do Senado, que reúne hoje os líderes partidários das duas Casas legislativas em busca de consenso sobre a proposta

Mesmo com medidas provisórias trancando as pautas das duas Casas do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Renan Calheiros, acredita que é possível votar a reforma política. Hoje, ele reúne os líderes partidários do Senado e da Câmara para tentar um acordo que permita aos deputados deliberar até sexta-feira sobre a proposta. "Se esse acordo prosperar, vamos deixar o Senado de prontidão para que possamos concluir a votação, caso algo seja modificado na Câmara dos Deputados",

disse o presidente do Senado. As mudanças devem ser votadas até sexta-feira para entrar em vigor já nas próximas eleições. Renan Calheiros defendeu para a Presidência da Câmara uma candidatura de consenso que tenha compromisso com a conclusão da reforma política. Ele disse que sugeriu ao deputado Michel Temer a adoção da mesma estratégia que utilizou na eleição que o levou à Presidência do Senado. Explicou que, antes de procurar apoio na bancada governista, obteve o apoio da oposição.

Página 5



Marcia Kallime

Renan Calheiros defende esforço máximo para concluir a votação da reforma política – se necessário, devolvendo medidas provisórias ao Executivo

Florestas podem ser usadas na produção? CCJ vai decidir

A proposta do governo que regulamenta a exploração de florestas para a produção sustentável está na pauta da Comissão de Justiça, que se reúne amanhã. O projeto, que tem

causado polêmica ao permitir a exploração privada das florestas públicas por mais de 40 anos, tramita em regime de urgência e deve ser votado pelo Plenário até 1º de outubro.

Página 3

Senadores debatem no Sul o controle do uso do tabaco

Mais de 4 mil fumicultores gaúchos e autoridades de saúde pública participaram, na sexta-feira, da terceira audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária para discutir a convenção que prevê o controle mundial do uso do tabaco. O documento deve ser confirmado pelo Brasil até o dia 7 de novembro.

Página 8



O Estatuto da Igualdade Racial foi discutido em audiência pública ontem, em Salvador, no espaço da mais alta simbologia para o movimento negro baiano. A arena do debate, promovido

pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com a participação dos senadores Paulo Paim e Rodolpho Tourinho (foto), foi a sede do bloco afro Ilê Aiyê, na capital baiana.

Página 7

Gerardo Magalhães



Nordeste recebe menos investimentos imobiliários, reclama Garibaldi

Garibaldi critica repartição de verbas para financiamento

Ao citar dados do Banco Central sobre depósitos em poupança e financiamentos imobiliários nas regiões brasileiras, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) classificou a estratégia de aplicação desses recursos como a de um "Robin Hood às avessas". Ele lamentou que, enquanto o Nordeste arrecada 10,33% da poupança nacional e recebe de volta 4,33% na forma de investimentos imobiliários, o Sudeste contribui com 66,32% dos depósitos em poupança e arrecata 81,04% das aplicações no setor.

– Só faltava mais essa para completarmos um quadro que é dos mais deprimentes. Apesar disso, não podemos nos deixar levar apenas por uma atitude de lamentação. Temos de protestar e exigir das autoridades uma saída para o problema. Os dados comprovam que o Brasil não é um país pobre, que o Nordeste não é uma região pobre. A verdade é que somos um país injusto – afirmou.

O senador também leu trechos de entrevista do economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina, o colombiano Guillermo Perry, publicada ontem pela *Folha de S. Paulo*, em que ele diz ser impossível esperar uma solução em curto prazo para o problema da desigualdade social no Brasil.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

No Plenário, pauta trancada por medidas provisórias

O Plenário está com a pauta trancada por três medidas provisórias, inclusive a chamada MP do Bem, editada para diminuir a carga tributária sobre alguns setores. Além disso, pode entrar na pauta a proposta que regulamenta um novo modelo para a gestão de florestas públicas. Às 14h30, o presidente do Senado, Renan Calheiros, homenageia o presidente da Rádio Tupi, Maurício Dinepi, pelos 70 anos da emissora.

CAE analisa regra para transferência de sigilos

Marcada para as 9h30, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem em sua pauta a análise da proposta que flexibiliza as regras para as transferências de sigilo entre os órgãos fiscalizadores do estado (PLS 49/05). A idéia do projeto, fruto do trabalho da CPI do Banestado, é agilizar o encaminhamento das investigações realizadas pela instituição para a instância seguinte.



TV digital em debate

Às 10h, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, fala sobre a implantação da TV digital no Brasil na audiência pública promovida em reunião conjunta da Comissão de Educação (CE) e das subcomissões permanentes de Cinema, Teatro e Comunicação Social e de Ciência e Tecnologia.

Investigação sobre Ribeirão Preto

A CPI dos Bingos ouve, às 11h, o ex-gerente financeiro da Villimpress Luciano Maglia, que denunciou desvio de verbas em Ribeirão Preto (SP). Outro a depor será Donizete Rosa, ex-secretário municipal de Ribeirão Preto na gestão de Palocci, acusado por Maglia de ser um dos organizadores do esquema de corrupção.

Mensalão tem reunião administrativa

A CPI do Mensalão realiza hoje reunião administrativa, às 11h30, em que devem ser analisados requerimentos apresentados pelos parlamentares. Foram canceladas, a pedido dos depoentes, as oitivas com o procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli Silva Júnior, e o presidente do Citibank, Gustavo Marin, envolvidos na disputa acionária pelo controle da Brasil Telecom.



Sub-relatorias dos Correios

As sub-relatorias da CPI dos Correios têm reunião às 14h. A que analisa a movimentação financeira vai ouvir o sócio de Marcos Valério, Rogério Tolentino, e o procurador da Fazenda Glênio Guedes, suposto beneficiário do "valerioduto". Já a Sub-Relatoria de Contratos discute irregularidades na rede postal noturna dos Correios com representantes da companhia aérea Beta.

Reuniões na CMA e CMO

Às 9h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se para analisar avisos e projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor, entre eles o que fixa o prazo máximo de 30 dias para a reparação definitiva do vício de qualidade do produto. Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina projetos de suplementação orçamentária.



João Batista Motta diz que medida faria governo capixaba recuperar a estrada

Motta pede "estadualização" de trecho da BR-101

João Batista Motta (PSDB-ES) fez um apelo para que o governo federal transfira a responsabilidade de um trecho da BR-101 para o governo do Espírito Santo. Segundo o parlamentar, essa medida permitiria a rápida recuperação do trecho, que estaria em situação muito precária.

De acordo com Motta, o trecho liga o município de Cariacica ao de Serra e contorna a capital, Vitória. Ele destacou que a recuperação "atenderia a população e evitaria a perda de vidas". O senador também ressaltou que "não é possível que os caminhoneiros convivam com esse estado de coisas, enfrentando uma estrada cheia de buracos".

– Se a estrada for "estadualizada", tenho certeza de que o governador Paulo Hartung faria, em tempo recorde e para atender a nossa população, a obra de duplicação que hoje está paralisada. Já fomos ao ministro dos Transportes, promessas foram feitas e nada aconteceu. Por isso peço que o ministro e o presidente da República tenham um pouco de modéstia e chamem o governador. Porque em meu estado existe um projeto que fez com que todas as nossas rodovias estejam praticamente recuperadas – argumentou o senador.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Mão Santa e Antônio Carlos Valadares

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Projeto de Papaléo destina recursos de multas a municípios com reservas ecológicas

Papaléo sugere compensação para municípios

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) propôs que as multas referentes a infrações ao meio ambiente sejam destinadas exclusivamente ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Os recursos seriam usados preferencialmente nos municípios onde pelo menos 25% do território seja ocupado por reservas ecológicas. Papaléo é autor de dois projetos nesse sentido.

– Um meio ambiente saudável é essencial para a vida humana. O sacrifício econômico que a criação e manutenção de parques nacionais pode representar para os municípios mais pobres deve, porém, ser mitigado por medidas compensatórias por parte da União – sustentou o parlamentar.

Prejuízos

Papaléo disse que, nas chamadas unidades de proteção integral, os ecossistemas devem ser mantidos intocáveis. Ele observou que, embora a sociedade obtenha benefícios com esses tipos de unidades de proteção, os municípios em que elas se localizam sofrem prejuízos, já que tais áreas não podem ser usadas para agricultura ou construção de indústrias.

O parlamentar exemplificou expondo a situação do município de Pedra Branca do Amapari, no Amapá, onde se localiza parte do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Naquele município, o índice de desenvolvimento humano (IDH) medido no ano 2000 foi 0,625, enquanto a média do Brasil foi 0,766. Quanto mais perto de 1,0 for o índice, maior é o desenvolvimento humano.

CCJ decide amanhã sobre florestas públicas

Proposta é alvo de polêmica porque permite exploração de florestas pela iniciativa privada por até 40 anos

O projeto de lei do governo que regulamenta as concessões de florestas públicas para a produção sustentável será votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que tramita em regime de urgência constitucional, institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente o Serviço Florestal Brasileiro e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. O prazo de votação em Plenário vai

até o dia 1º de outubro.

Já aprovado pelos deputados, o projeto (PLC 62/05) tem causado polêmica por permitir a exploração privada de florestas públicas por até 40 anos, mediante concessão. Se aprovado com alterações, voltará à Câmara, que, de acordo com a Constituição, terá dez dias para examinar as mudanças.

A proposição recebeu pareceres favoráveis das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) na última quarta-feira, após ter sido discutida em duas audiências, em reunião conjunta desses colegiados com a CCJ. A matéria só não foi votada na quinta-feira pela Comissão de Jus-

tiça por causa de pedido de vista apresentado pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC).

O relator na CCJ, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), é contra o regime de urgência por acreditar que o assunto deva ser amplamente discutido. Na última reunião da comissão, o relator chegou a iniciar a leitura de seu parecer, sugerindo a apresentação de substitutivo com várias modificações à proposta original, mas foi interrompido pelo pedido de vista de Mesquita Júnior.

Apesar de o projeto determinar que só poderão candidatar-se à exploração de florestas na Amazônia empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país, Mozarildo

disse acreditar que a proposta irá promover a internacionalização da região. Para ele, o projeto é “inconstitucional e antinacional”.

– O critério de outorgar concessões somente a empresas genuinamente nacionais pode ser facilmente burlado, pois uma multinacional pode se associar, informalmente, a uma empresa local e impor seus interesses.

Conforme a proposição, o Serviço Florestal Brasileiro ficará responsável pela gestão das florestas públicas e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. O objetivo do fundo é fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e promover a inovação tecnológica do setor.

Área sob concessão pode chegar a 13 milhões de hectares

O Ministério do Meio Ambiente estima que, em dez anos, a área máxima total sob concessão chegue a **13 milhões** de hectares (3% da Amazônia)

A receita anual direta (taxas pagas pelo uso do recurso florestal) prevista é de **R\$ 187 milhões**

O ministério acredita que a arrecadação de impostos nos empreendimentos gerados pelo uso das florestas será de **R\$ 1,9 bilhão anuais**

Prevê-se que serão criados **140 mil** empregos diretos



Raupp destaca a importância de ligação com Pacífico

Valdir Raupp (PMDB-RO) aplaudiu o lançamento da pedra fundamental da Rodovia Interoceânica, que ligará o Brasil ao Pacífico. O senador disse que essa estrada deverá se tornar “um corredor de escoamento de produtos brasileiros destinados aos mercados asiáticos e à própria fronteira da América do Sul”.

Ele destacou que a solenidade de lançamento, realizada no início deste mês em Puerto Maldonado, Peru, contou com a presença dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva; Alejandro Toledo, do Peru; e Eduardo Rodríguez, da Bolívia.

Conforme Raupp, o empreendimento é um antigo pleito não apenas de sua região, mas de todo o Brasil. A rodovia terá 2,6 mil quilômetros de extensão, dos quais mais de mil estarão em território peruano. A obra será executada por dois consórcios, um brasileiro e um peruano; vai empregar cerca de 70 mil pessoas durante quatro anos; e deverá custar US\$ 810 milhões.

Anavilhanas poderá ser aberta ao turismo ecológico

Localizada no estado do Amazonas, a Estação Ecológica de Anavilhanas poderá ser transformada em parque nacional. A mudança é prevista em projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que conta com parecer favorável do relator, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), e deve ser votado em decisão terminativa nesta quinta-feira, a partir das 9h30, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A autora do projeto (PLS 329/03) observa que é proibida a visitação pública em estações ecológicas, criadas com a finalidade de esti-

mular a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Quanto aos parques nacionais, acrescenta Serys, trata-se de unidades de proteção integral que não perdem de vista esses dois objetivos, mas admitem o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, como o turismo ecológico.

– Consideramos que parque nacional seria a categoria mais adequada para o arquipélago de Anavilhanas, pois isso possibilitaria um melhor aproveitamento dos recursos naturais da região, sem

prejuízo para a conservação dos ecossistemas ali presentes – argumenta a senadora na justificativa do projeto.

Outra proposta a ser votada pela CAS é o projeto (PLS 154/02) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que estende em 15 anos o prazo para que o trabalhador rural requeira aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo. Para tanto, o trabalhador precisaria comprovar o exercício de atividade rural por período idêntico à carência exigida para solicitação do benefício, que é de 15 anos.

Serys quer Ibama reestruturado para assumir nova função

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu ontem a reestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para que o órgão venha a ter condições de avaliar projetos de manejo de áreas florestais públicas, visando à exploração sustentável de madeira na região Norte. A seu ver,

a viabilização das concessões de florestas públicas, em tramitação no Senado, só será possível se o Ibama receber mais recursos para contratar novos funcionários.

Serys criticou a proposta do governo de suspensão temporária do desmatamento em Mato Grosso – a chamada “moratória do desmatamento” – até que o sistema

de licenciamento seja regularizado. Para ela, a medida poderá piorar a situação de milhares de trabalhadores da indústria madeireira que já estão vivendo em condições de miséria no meio das matas da região. Em aparte, Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou preocupação com as dificuldades do setor madeireiro.



Concessões vão exigir a contratação de novos servidores, argumenta Serys



Suassuna declara que prédio do INSS foi abandonado por falta de conservação

Suassuna propõe levantamento dos bens da União

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) propôs ontem ao governo que faça o levantamento de todos os seus bens. Ele lamentou que o prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em João Pessoa, localizado na área mais valorizada da capital paraibana, tenha sido abandonado por falta de conservação.

Segundo o parlamentar, a União foi obrigada a alugar outro prédio porque a antiga sede do INSS oferecia perigo aos seus ocupantes. Na sua opinião, o fato de se deixar um prédio de 14 andares ser corroído pelo tempo mostra o descaso do governo para com a conservação de seus bens.



Mão Santa cita artigo do jornalista Sebastião Nery publicado em jornal

Mão Santa cobra redução de desigualdade social

O senador Mão Santa (PMDB-PI) leu a nota "Brasil e Botswana", de autoria do jornalista Sebastião Nery, publicada na *Tribuna da Imprensa*, para criticar o presidente Lula por não ter cumprido a promessa de reduzir as desigualdades sociais do país. Nery lembra que, de acordo com o último relatório do Banco Mundial, a desigualdade registrada no Brasil só não é pior do que a da Namíbia, Botswana, República Centro-Africana e Suazilândia.

Mão Santa afirmou que as instituições brasileiras estão podres e doentes. E advertiu que os problemas não estão apenas no Legislativo, mas atingem também o Executivo e o Judiciário.

Hoje, no auditório do Interlegis, Garibaldi Alves reúne-se com prefeitos de todo o país. Mobilização recebe apoio em Plenário de Quintanilha, Valadares e Tebet

Municípios exigem recursos e parcelamento de débitos

Mais de 500 prefeitos de todas as regiões do país começam a chegar a Brasília para participar de mobilização destinada a pressionar o Congresso a aprovar mais recursos para os municípios. A manifestação é organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Hoje, às 10h30, o presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-

RN), deve se reunir com os prefeitos no auditório do Interlegis. Novo encontro está programado para amanhã, no Auditório Petrônio Portella. Neste mesmo dia, às 15h30, uma comissão integrada por Garibaldi, dirigentes da CNM e representantes dos prefeitos terão audiência com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Uma das principais reivindicações dos prefeitos é o aumento

de 22,5% para 23,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previsto na reforma tributária. Outra reivindicação é o parcelamento dos débitos municipais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse acreditar que alguns dos pleitos poderão ser atendidos por meio de emendas à chamada MP do Bem, já em tramitação no Senado.



Valadares cobra de Palocci os motivos da redução dos recursos do FPM

Valadares pede adiantamento de reajuste do fundo

Ao falar pela liderança do PSB, o senador Antônio Carlos Valadares (SE) protestou ontem contra a "redução drástica" de 80% da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele cobrou do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, uma explicação aos prefeitos sobre os motivos da redução e pediu a liberação de um adiantamento aos municípios, que funcionaria como uma antecipação do aumento de um ponto percentual no FPM.

– A redução nos repasses do fundo provoca atraso no pagamento de salários, na prestação de serviços essenciais e causa verdadeiro desespero aos prefeitos – reclamou.

Valadares lembrou que, com a diminuição dos repasses, o planejamento de gastos foi "por água abaixo". Na sua opinião, o ministro da Fazenda não deveria se preocupar apenas com problemas macroeconômicos, como o risco Brasil e o controle da inflação, mas dedicar atenção também a questões microeconômicas.



Quintanilha diz que municípios não têm como pagar funcionários e fornecedores

Quintanilha afirma que prefeitos estão de mãos atadas

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) comentou ontem em Plenário a "enorme preocupação" que a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) provocou nas prefeituras do Tocantins.

– Há municípios em meu estado que experimentaram uma redução superior a 80%. A maioria dos prefeitos ficou de mãos atadas, sem meios de cumprir os compromissos de cada mês. E o pior é que não se tem nenhuma explicação, por parte do Ministério da Fazenda, das razões que levaram o governo a impor um corte tão brutal – relatou.

Quintanilha observou que, em função do corte, muitas prefeituras não terão como pagar funcionários e fornecedores, bem como atender a demandas básicas da população, como serviços de coleta de lixo e iluminação. O parlamentar defendeu ainda a adoção de mecanismos de compensação que garantam renda aos municípios que não têm fontes alternativas de produção e vivem exclusivamente da transferência de recursos do FPM.



Tebet: em 1988 prefeituras recebiam 19% do FPM; hoje, só recebem 14%

Para Tebet, Federação deve ser reformada

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sustentou em discurso que os municípios de seu estado passam por momentos de grandes dificuldades por causa do "corte brusco" de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele esteve em Mato Grosso do Sul no fim de semana e disse que muitos não têm dinheiro sequer para pagar os servidores.

– Temos de reformar esta Federação. Em 1988, os municípios ficavam com 19% da arrecadação nacional e agora mal recebem 14% – desabafou.

Tebet observou que as agruras dos prefeitos "são tamanhas" que eles promoverão um grande encontro amanhã, quando pretendem solicitar aos deputados e senadores que votem com rapidez vários projetos de seu interesse e que estão parados no Congresso. Entre eles, está o aumento de um ponto percentual no repasse de receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados que são encaminhadas constitucionalmente às prefeituras.



Osmar lamenta vetos de Lula a pontos da LDO acordados com agricultores

Osmar reclama mais atenção para a agricultura

O senador Osmar Dias (PDT-PR) reclamou ontem, em Plenário, da falta de atenção do governo para com a agricultura. Ele lamentou que o governo Lula tenha vetado pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006 que tinham sido acordados com o setor agrícola durante o chamado "tratoração", mobilização realizada por produtores rurais em junho, em Brasília.

Osmar acusou o governo de não cumprir a palavra ao vetar, por exemplo, a renegociação das dívidas dos produtores (cerca de R\$ 20 bilhões) e a compensação dos estados pelas perdas com o fim da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os bens exportados, ocasionadas pela chamada Lei Kandir. O senador ressaltou que a compensação por essas perdas interessava particularmente ao setor agrícola e aos estados exportadores de bens primários, alertando que o veto pode trazer ao Paraná uma perda da ordem de R\$ 100 milhões.

O senador ressaltou que o PIB do agronegócio brasileiro caiu cerca de 10% se comparado ao do ano passado, a primeira queda desde 1997, segundo afirmou. A diminuição do PIB do setor, avaliou Osmar Dias, não se deve apenas à estiagem do primeiro semestre, mas também à política econômica. Ele disse que o país enfrenta uma transferência do setor produtivo para os bancos.

– O lucro dos bancos bate recordes, é o maior da história, chegou a R\$ 12 bilhões no primeiro semestre, só contando os principais bancos. Enquanto a arrecadação dos bancos cresce, os agricultores estão quebrando, e já se percebe a venda de tratores para o pagamento de dívidas – protestou.

Osmar Dias frisou que, só com o pagamento dos juros da dívida externa, o governo já gastou, até agosto deste ano, mais de R\$ 100 bilhões, um aumento de 26% em relação ao mesmo período de 2003.



Renan anuncia reunião com líderes e afirma ser possível aprovar a reforma emergencial, que mudaria regras para as eleições de 2006. Ideli pede investigação sobre a privatização das companhias telefônicas e Alvaro aponta repercussão internacional da crise brasileira

Ideli: "valerioduto" pode ter começado com privatizações

Em discurso ontem em Plenário, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que as hipóteses levantadas sobre a origem do dinheiro que alimentaria o esquema de corrupção investigado pelas CPIs – contratos superfaturados com empresas públicas, desvio de aplicações de fundos de pensão e depósitos no exterior – não teriam sido confirmadas até agora.

A senadora acredita ser necessário investigar o processo de privatização das empresas de telefonia, sugestão que também teria sido apoiada pela presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, nos depoimentos à CPI dos Correios e ao Conselho de Ética da Câmara. Por suspeitar que haja ligação entre desvios na privatização da telefonia e o atual esquema de corrupção, Ideli propôs a criação de uma sub-relatoria na CPI dos Correios para tratar do assunto.

A proposta da senadora se baseou ainda em entrevista do sub-relator de Movimentação



Roosevelt Pinheiro
Ideli sugere a criação de sub-relatoria na CPI dos Correios para investigar o assunto

Financeira da comissão, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), e em artigo da jornalista Teresa Cruvinel, publicados pelo *O Globo*. Fruet teria admitido, conforme relatou, estar difícil provar a montagem do "valerioduto", por este não ter deixado rastros. Por sua vez, Cruvinel teria afirmado que a lógica do sistema de corrupção remonta a empréstimos feitos por Valério, em 1998, em nome do PSDB e do PFL, e a realização de novos empréstimos em 2000.

Ao comentar a prisão do empresário de casas de bingos Nagib Fayad, acusado de manipular resultados de jogos de futebol, Ideli propôs que a CPI dos Bingos investigue os *sites* de apostas clandestinas da Internet.

Alvaro aponta repercussão da crise política brasileira

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que o desencanto com o presidente Lula ultrapassa as fronteiras do Brasil. Como exemplo, citou o escritor nicaraguense Sergio Ramírez, que foi vice-presidente de seu país na década de 80, logo após a Revolução Sandinista.

– Ramírez disse que, para aqueles que acreditavam que a esquerda poderia levantar novas bandeiras, entre elas a da transparência, saber que há evidências de atos vergonhosos cometidos no Brasil pelo governo depõe contra a esquerda e enfraquece a imagem que os cidadãos deveriam ter dela.

Alvaro destacou que "há uma repercussão internacional, talvez sem precedentes, sobre a crise política que atinge o país, e é temerário que o presidente menospreze a dimensão disso". Ele criticou afirmação de Lula de que



Roosevelt Pinheiro
"É temerário que o presidente Lula diga que a crise é só barulho", afirma Alvaro

"a crise política é só barulho", ressaltando que "as provas da corrupção existem".

– As investigações das CPIs nos levam a concluir que realmente existiu um projeto de poder de longo prazo, arquitetado por alguns líderes do PT, no qual o fim justificava os meios. Esse projeto permitiu que se corrompesse a administração pública de forma visível e escrachada – frisou.

O senador defendeu a contratação, pela CPI dos Correios, de auditorias independentes para conferir laudos sobre os recursos financeiros sob investigação, o que daria "qualificação técnica" às atividades da comissão.

Renan busca acordo para votar a reforma política até sexta-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reúne hoje com líderes partidários das duas Casas legislativas para tentar fechar um acordo para votar a chamada reforma política emergencial até sexta-feira. Apesar de haver medidas provisórias trancando a pauta da Câmara e do Senado, Renan acredita ser possível votar a reforma política.

– Se esse acordo prosperar, vamos deixar o Senado de prontidão para que possamos concluir a votação se algo for modificado na Câmara – ressaltou.

Renan explicou que, com relação às medidas provisórias que estão trancando a pauta de votações, há duas possibilidades: ou é derrubada a urgência e as matérias são devolvidas ao Executivo, ou o governo as retira do Congresso.

– Todo esforço vale para concluir a reforma política. O imperdoável seria não concluirmos essa reforma – afirmou.

Ao comentar a eleição para a Presidência da Câmara, Renan defendeu uma candidatura de consenso, que tenha compromisso com a conclusão da reforma política. Ele disse que os deputados Michel Temer (PMDB-SP), Aldo Rebelo (PCdoB-SP), Thomaz Nonô (PFL-AL) e Francisco Dornelles (PP-RJ) têm esse perfil.

O senador, a quem cabe, como presidente do Senado, presidir as sessões conjuntas do Congresso Nacional, disse que deseja ver na Presidência da Câmara "alguém que esteja à altura desse momento e que fortaleça a instituição".

Reação

Renan rechaçou as críticas feitas a ele no fim de semana, sobre uma suposta traição à candidatura de Michel Temer. O parlamentar afirmou que sugeriu ao deputado a adoção da mesma estratégia que utilizou na eleição que o levou à Presidência do Senado. Explicou que, antes de procurar apoio na bancada governista, obteve o

apoio da oposição e assim conseguiu um consenso.

– Eu tive na minha eleição o apoio de todos os partidos. Houve aqui no Senado uma grande convergência – lembrou.

Renan disse ter trabalhado para ampliar o apoio à candidatura de Temer, conversando com setores do PFL, do PSDB e do PT, mas, observou, o apoio "infelizmente não se ampliou". Ele ressaltou que uma candidatura à Presidência de qualquer uma das Casas legislativas "tem que ser uma construção coletiva" e que o ideal seria que isso tivesse acontecido.

– Ninguém melhor que o Michel para presidir a Câmara, mas a circunstância política tem que ser considerada – frisou.

Renan assinalou ainda que o número de candidatos na Câmara dos Deputados não é um complicador. Segundo observou, o fato de os partidos quererem ter candidatos faz parte da democracia e legitima o processo.

Senador belga anuncia visita do príncipe Philippe

Renan Calheiros recebeu a visita do senador belga Johan Valleger, que esteve ontem na Presidência do Senado acompanhado de Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Na ocasião, o parlamentar da Bélgica anunciou que o príncipe herdeiro daquele país, Philippe Sajonia, pretende visitar o Congresso brasileiro. Uma delegação de empresários belgas, interessados em acordos econômicos, também deverá vir ao país.

Hoje, Renan deve receber do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, a relação de obras públicas fiscalizadas este ano. Entre março e julho, o TCU auditou 415 obras. Destas, identificou indícios de irregularidades em 81, sobre as quais recomenda a paralisação da execução.



Márcio Kolumbe
Secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci (E) é recebido por Renan Calheiros

Luiz Dulci: Rebelo é favorito na disputa para presidir a Câmara

Após audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o secretário-geral da Presidência da República, Luiz Dulci, disse não acreditar nos rumores de que o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) desistiria da disputa pela Presidência da Câmara.

– Temos muita confiança de que com o prestígio, com a capacidade de diálogo, com o trânsito que Aldo tem junto aos deputados, ele seja o favorito para vencer as eleições na Câmara – afirmou.

Para Dulci, o carimbo de "candidato do Planalto" não vai atrapalhar a candidatura de Aldo, que já teria dado demonstrações de independência ao ocupar o cargo de líder do governo.

A liberação de R\$ 500 milhões em emendas parlamentares ao Orçamento, no momento em que a Câmara se prepara para escolher um novo presidente, não é vista por Dulci como "uma barganha", mas como um direito dos parlamentares que as aprovaram.



Relator considera graves denúncias sobre manipulação de jogos; Agripino quer aprofundar apuração de suposta propina em Santo André; CPI adia, a pedido, oitiva do presidente do Citibank; Antonio Carlos diz que Daniel Dantas nunca ocupou cargo em sua administração

Esquema da "máfia do apito" pode ser investigado por CPI

A CPI dos Bingos poderá entrar na investigação da chamada "máfia do apito", que manipulava resultados de partidas de futebol dos campeonatos Brasileiro e Paulista. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), classificou ontem como "graves" as denúncias divulgadas no último final de semana e declarou à Agência Senado que fará contato com o Ministério Público de São Paulo para obter informações mais detalhadas sobre a fraude. Somente após essa conversa, adiantou, é que a comissão poderá definir uma estratégia para aprofundar as investigações, se for o caso.

O esquema da quadrilha funcionava da seguinte maneira: após o acerto do resultado do jogo com o árbitro da partida, a quadrilha apostava pesado em dois sites de jogos de azar na Internet que oferecem loterias eletrônicas de forma ilegal. Com lucro garantido, a estimativa é que os fraudadores ganharam mais de R\$ 1 milhão nos últimos seis meses.

Composta por empresários e donos de casas de jogos de bingo em Piracicaba (SP) e na capital paulista, a quadrilha foi desbaratada no último fim de semana, após meses de investigação comandada pelo Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime

Organizado do Ministério Público paulista e pela Polícia Federal.

Entre os envolvidos estão o juiz de futebol da Fifa Edilson Pereira de Carvalho, que já se encontra preso, e o empresário Nagib Fayad, um dos principais mentores do crime.

Mais depoimentos

Hoje, a partir das 11h, a CPI dos Bingos colhe depoimentos do superintendente do Serpro, Donizete de Carvalho Rosa, e do ex-gerente financeiro da Vilimpres, Indústria e Comércio Gráficos, Luciano Maglia. Essa empresa teria prestado serviços para o Partido dos Trabalhadores na campanha eleitoral de 2002.



Célio Azevedo

Depoimentos dos sacadores da lista apresentada pelo empresário mineiro Marcos Valério estão confirmados para o decorrer da semana na comissão de inquérito

Reunião administrativa substitui depoimentos na CPI do Mensalão

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Mensalão cancelou, a pedido dos depoentes, as oitivas com o procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli Silva Júnior, e o presidente do Citibank, Gustavo Marin, que se realizariam hoje. Por essa razão, a comissão realiza reunião administrativa, a partir das 11h30.

O restante da agenda da semana está mantida. Amanhã, a CPI ouve José Luiz Alves, que consta na lista de sacadores de Marcos Valério, e Manoel Severino dos Santos, ex-presidente da Casa da Moeda, segundo maior destinatário, dentro do PT, das verbas repassadas pelo empresário mineiro.



Garibaldi Alves (à direita, com Efraim Morais) busca informações no Ministério Público de São Paulo sobre a "máfia do apito"

Agripino quer acareação de Carvalho com irmãos de Daniel

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), anunciou que vai solicitar, hoje, na CPI dos Bingos, acareação entre os irmãos do prefeito assassinado de Santo André (SP), Celso Daniel, e o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Agripino lembrou que João Francisco Daniel, irmão do prefeito – morto em 2002 em circunstâncias ainda obscuras –, disse à CPI ter ouvido de Gilberto Carvalho que Celso Daniel havia permitido coleta de dinheiro entre prestadores de serviço no campo da limpeza pública, informática e transportes coletivos. Esses recursos se destinariam ao diretório nacional do PT. A conversa, segundo João Francisco, foi acompanhada por outro irmão.



Roosevelt Pinheiro

Agripino (foto) diz que Gilberto Carvalho teria falado de propina a João Francisco

Quando esteve na CPI, Carvalho negou a informação.

Além disso, o parlamentar frisou que o doleiro Antônio de Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, confirmou que lavava dinheiro de dirigentes do PT de Santo André no exterior.

Agripino criticou parlamenta-

res do PT, que pretendem propor a convocação de juízes acusados de corrupção na chamada "máfia da arbitragem" para depor na CPI dos Bingos. "Esse caso envolve recursos privados. A CPI tem a obrigação de investigar casos que envolvam recursos públicos. A polícia pode fazer isso e mandar os responsáveis para a cadeia. Temos mais o que fazer."

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a investigação do caso Santo André. Também apartando, Tião Viana (PT-AC) manifestou-se contra a acareação sugerida por Agripino. Já Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) informou que solicitará ao Ministério Público o envio à CPI do material que possui sobre a "máfia da arbitragem".

ACM nega que Daniel Dantas tenha sido seu assessor

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) negou que o empresário Daniel Dantas tenha sido um dos seus principais assessores quando era governador da Bahia, conforme havia afirmado a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), em discurso na quinta-feira. ACM afirmou que Dantas nunca ocupou cargo em sua administração, embora tenha sido recomendado pelo economista Mário Henrique Simonsen. Para ele, a senadora "agiu de forma leviana".

ACM acusou ainda o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, por sua atuação em favor da empresa GDK junto à Petrobras. Disse que Jacques Wagner fez críticas à atuação do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) "talvez porque o deputado conseguiu provar" que a GDK deu de presente um jipe Land Rover ao ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira.

– O Tribunal de Contas da União já achou irregularidades envolvendo a GDK e a Petrobras. É um escândalo o que aconteceu entre as duas empresas. A CPI dos



Roosevelt Pinheiro

ACM afirma que Dantas nunca ocupou cargo enquanto ele era governador da Bahia

Correios tem o dever de investigar esses casos – sustentou.

O senador não poupou o ministro Paulo Bernardo, por ter afirmado que fora "mera coincidência" a liberação de R\$ 500 milhões de emendas de parlamentares ao Orçamento deste ano às vésperas da eleição para presidente da Câmara. Para ACM, os deputados podem ser enganados, pois o governo costuma anunciar liberações de verbas orçamentárias, mas não costuma pagar.

Antonio Carlos Magalhães defendeu ainda a criação de uma CPI, no Senado, para investigar as denúncias de corrupção que levaram ao assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, caso os governistas insistam em impedir que a CPI dos Bingos investigue o assunto.

Na sede do bloco afro Ilê Aiyê, na capital baiana, Comissão de Assuntos Sociais promove audiência pública sobre o Estatuto da Igualdade Racial



A cantora Margareth Menezes e a secretária de Educação de Salvador, Olívia Santana (E), participam da audiência ao lado de Paulo Paim, Rodolpho Tourinho e representantes da comunidade negra

Senadores debatem em Salvador direitos dos negros

Aguardado como importante instrumento em favor dos afro-descendentes, o Estatuto da Igualdade Racial foi tratado ontem em audiência pública, em Salvador. O debate, promovido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ocorreu na sede do bloco afro Ilê Aiyê, forte referência de toda a agitação política e cultural pela afirmação da identidade negra que ganhou corpo nos últimos 30 anos na capital baiana.

A audiência levou a Salvador o senador Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta de criação do estatuto (PLS 213/03). A seu lado, coordenando os trabalhos, estava o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator da matéria na CAS e autor do requerimento para o debate. À mesa, entre dirigentes públicos que dão representatividade à comunidade negra no secretariado do município e líderes do movimento, figuravam ainda a

cantora Margareth Menezes e o presidente do Ilê Aiyê, Antonio Carlos Santos Vovô.

Respeito

Interessado em ouvir entidades representativas da cultura e do movimento negro do estado com a maior proporção de afro-descendentes em sua população, Tourinho anunciou sua intenção de incorporar ao relatório sobre a proposta do estatuto mecanismos que reforcem a proteção e respeito aos cultos de matriz africana

e, ainda, à mulher negra.

Com relação aos cultos, foi apresentada ao relator a proposta para que seja estendida às áreas que abrigam centros religiosos afros a mesma legislação que protege a posse de terrenos de comunidades quilombolas. Outro aspecto muito enfatizado pelos participantes foi a dificuldade de acolhimento pelo Judiciário de denúncias de racismo. Tourinho informou que as brechas estão sendo corrigidas por projeto do

próprio senador Paim, também por ele relatado, que aperfeiçoa a Lei Afonso Arinos.

Paulo Paim destacou seu compromisso, como legislador, na luta contra a hipocrisia, o preconceito e todo tipo de discriminação. Participaram do debate a secretária municipal da Educação, Olívia Santana; Jorge Portugal, professor, poeta e compositor; e Jaime Sodré, professor universitário e ogã do terreiro Tanurin Juçara.

Cristovam e Valadares cobram direito de defesa para Capiberibe

Cristovam Buarque (PDT-DF) comunicou que apresentará requerimento à Mesa para assegurar ao senador João Capiberibe (PSB-AP) amplo direito de defesa de seu mandato. Na última quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu arquivar o recurso extraordinário interposto contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou os mandatos dele e de sua esposa, a deputada federal Janete Capiberibe, acusados de comprar por R\$ 26 voto de dois eleitores em 2002.

– Quero saber se a Mesa vai pura e simplesmente despachar [a decisão do STF] ou vai dar direito de defesa [a Capiberibe] como prevê a Constituição federal. Nós temos de respeitar as decisões judiciais, mas também temos de ser respeitados pelo Poder Judiciário – ressaltou.

Já o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que as mesmas pessoas que denunciaram a compra de votos foram flagradas numa gravação pedindo dinheiro “para se arrependem” e que essa prova não pôde constar na defesa de Capiberibe. Valadares afirmou que

vai aguardar o recebimento, pela Mesa do Senado, da comunicação da Justiça para informar à Casa quais providências o partido irá requerer à Mesa para garantir ampla defesa a Capiberibe.

Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou a morosidade da Justiça, enquanto Garibaldi Alves (PMDB-RN), Roberto Saturnino (PT-RJ) e João Batista Motta (PSDB-ES) elogiaram a atuação de Capiberibe. Na presidência da sessão, Mão Santa (PMDB-PI) considerou que, nesse episódio, houve uma “passagem de trator” do Judiciário pelo Legislativo.

Cristovam ainda homenageou Apolônio de Carvalho, falecido na sexta-feira.



"Nós temos que ser respeitados pelo Judiciário", adverte Cristovam Buarque



Heráclito Fortes registra morte do prefeito de Domingos Mourão

Heráclito lamenta assassinato de prefeito

Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou ontem a morte do prefeito do município de Domingos Mourão (PI), Alois Viana, assassinado na véspera na cidade de Piri-piri, no interior do estado, onde mora sua família. Conforme informou o senador, o prefeito teria recebido oito tiros após sair de uma festa local.

Ao repudiar a violência política no estado, Heráclito Fortes lembrou que têm sido constantes no Piauí assassinatos de prefeitos em pleno exercício de seus mandatos.

O parlamentar disse ainda que o comando da Polícia Militar lhe prometeu a elucidação do crime em curto prazo.

Saturnino: "Brasil perdeu um de seus heróis, Apolônio de Carvalho"

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) lamentou ontem o falecimento de Apolônio de Carvalho (1912-2005), ocorrido na última sexta-feira, no Rio de Janeiro. Para o senador, o Brasil perdeu um herói. Saturnino disse que percebeu tristeza no Rio de Janeiro pela morte do “socialista autêntico”.

– Apolônio de Carvalho era um socialista de alma larga e generosa, como são os verdadeiros socialistas. Capaz de oferecer sua vida pela causa da justiça popular – elogiou o parlamentar.

Saturnino lembrou que Apolônio lutou na Guerra Civil Espanhola nos anos 30, ao lado dos republicanos e socialistas contra a ditadura fascista do general Francisco Franco, e também atuou na resistência francesa contra a ocupação nazista durante a última guerra mundial. De acordo com o senador, Apolônio “dedicou sua vida à luta contra o fascismo”.

Voto de pesar

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou ontem, em Plenário, requerimento de voto de pesar pela morte de Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ideli classificou Apolônio como “cidadão do mundo e guardião da Justiça”. Ela destacou a atuação de Apolônio, dentro e fora do Brasil, em defesa da justiça, liberdade e igualdade social. Assinalou sua participação na Guerra Civil Espanhola, no combate ao fascismo na Itália e na resistência francesa contra o nazismo.

– Além de fundador do PT, Apolônio de Carvalho sempre foi um defensor das causas sociais, tendo, na semana passada, conversado animadamente com o presidente Lula sobre as questões centrais que defendeu em vida. Infelizmente, a doença o levou – lamentou a senadora por Santa Catarina.



Saturnino lembra que Apolônio "era um socialista de alma larga e generosa"

Audiência sobre uso do tabaco reúne 4 mil produtores

Impactos da convenção internacional para os produtores de fumo foram discutidos no terceiro encontro promovido pela CRA

Mais de 4 mil produtores gaúchos de fumo e diversas autoridades participaram, na sexta-feira, da terceira audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir a convenção-quadro que prevê o controle mundial do uso do tabaco. O encontro aconteceu na cidade de Camaquã (RS).

Como ocorreu anteriormente, os produtores de fumo colocaram suas argumentações contrárias à aprovação do acordo enquanto representantes da área de saúde e de

organizações não-governamentais defenderam a convenção.

A matéria tramita sob a forma de decreto legislativo (PDS 602/05) e precisa ser ratificada pelo Congresso até 7 de novembro. Os senadores gaúchos acompanharam a audiência e foram unânimes em defender a discussão mais aprofundada sobre o tratado, que prevê a adoção de medidas antitabagistas em escala mundial, como a redução gradual do plantio de fumo e a substituição das lavouras por outras culturas.

Na avaliação do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a convenção deve ser discutida de forma ampla e democrática.

– É preciso buscar uma saída adequada que permita encontrar alternativas. A cultura do fumo possui uma cadeia completa de produção e apresenta alta produtividade em pequenas propriedades. Qual o produto que vai ser plantado em quatro hectares e oferecer o mesmo ganho para o produtor? – questiona Zambiasi.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o governo brasileiro

deveria convocar os grandes produtores mundiais de tabaco, como os Estados Unidos e a China, e discutir o estabelecimento de cotas de produção de fumo para cada país.

– A convenção precisa ser discutida antes de ser ratificada. Os Estados Unidos e as grandes nações produtoras não assinaram. O Brasil é o maior exportador e precisa adotar uma posição tática e política – disse Simon.

Já Paulo Paim (PT-RS), que será o relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), defendeu o

aprimoramento da proposta para que a matéria possa ser aprovada no Senado. De acordo com o senador, a discussão sobre a convenção não deve ser analisada no campo da política partidária.

– É falso começar o debate dizendo que quem é a favor da convenção defende a vida, e que quem não quer a convenção defende o emprego. Todos querem renda, trabalho, saúde e vida. Deve haver uma regra clara, negociada com os empregadores, trabalhadores e com a área de saúde – concluiu Paim.

Setor gera empregos e renda, afirmam fumicultores

A Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) é contra a ratificação da convenção, argumentando que o país é o segundo maior produtor mundial de tabaco e ocupa o primeiro lugar em exportação. A entidade alega que a fumiicultura brasileira gera 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos, além de ser fonte de sustento de 236 mil famílias de pequenos agricultores, concentrados, sobretudo, na região Sul.

De acordo com a Afubra, a fumiicultura rendeu cerca de R\$ 23.600 para cada propriedade produtora de fumo, no ano passado, com o cultivo de apenas 2,69 hectares, em média. Em 2005, a exportação brasileira de tabaco teria movimentado R\$ 4,2 bilhões.

A medida, na avaliação do presidente da Afubra, Hainsi Gralow, acabaria favorecendo alguns dos maiores produtores mundiais de fumo, que ainda não ratificaram a convenção, como a China e os Estados Unidos. A argumentação contrária ao tratado também foi apresentada pelos presidentes da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo, Dorval Knak, e da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Carlos Esperotto; além dos representantes da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Elmar Schneider; da Confederação Nacional dos Trabalhadores (Contag), Sérgio Miranda; e das federações dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina, Irineu Brezanski, e do Rio Grande do Sul, Ezídio Pinheiro, entre outros.

Os argumentos de cada um

O Brasil é o **segundo** maior produtor mundial de tabaco e ocupa o **primeiro** lugar em exportação. Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil, a atividade gera **2,4 milhões** de empregos diretos e indiretos, além de ser fonte de sustento de **236 mil** famílias de pequenos agricultores.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o tabagismo provoca, anualmente, no Brasil, a morte de **200 mil** pessoas. Os agricultores, segundo o Inca, também correm risco. O primeiro é sanitário: estão expostos a efeitos dos agrotóxicos utilizados para assegurar uma boa safra. O outro é econômico: **85%** do tabaco produzido no Brasil são exportados para países que logo adotarão restrições ao produto.

Congresso tem até novembro para ratificar a convenção

Caso o Brasil ratifique até o dia 7 de novembro o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada em 2003, o país poderá participar, em fevereiro do próximo ano, de conferência internacional que discutirá a implementação de ações mundiais como a substituição das lavouras de fumo por culturas alternativas, além de debater formas de apoio dos países mais ricos para a consecução das medidas.

A matéria é relatada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que espera concluir sua análise na primeira quinzena de outubro. Antes disso, a comissão pretende ouvir autoridades sanitárias e produtores de fumo de Cruz das Almas, na Bahia.

O relatório será encaminhado em seguida às comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Sociais (CAS), para depois ser votado pelo Plenário do Senado. Em agosto, a CRA realizou

audiências públicas para debater o tratado em Irati (PR) e Florianópolis (SC).

A Câmara já aprovou a convenção e, se ela for acolhida também pelo Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, promulgará decreto, autorizando o Executivo a ratificar o acordo.

Tramitação

A Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco foi aprovada em assembléia promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em maio de 2003. No dia 16 do mês seguinte, o Brasil assinou o documento, e o processo de ratificação da matéria teve início em 27 de agosto daquele ano, quando o tratado foi apresentado à Câmara pelo então ministro da Saúde, Humberto Costa. A matéria foi aprovada pelos deputados no dia 14 de maio de 2004 (PDC 1.281/04) e, atualmente, tramita no Senado (PDS 602/05).

Inicialmente, a matéria foi encaminhada à CRE, onde não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental. Por

ter sido solicitada tramitação em regime de urgência, a proposição foi encaminhada ao Plenário. Posteriormente, em vista da desistência do pedido de urgência, a matéria foi devolvida à comissão e ao relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Em 2004, a CRE realizou duas audiências públicas para discutir o tema, uma em Brasília e outra no município gaúcho de Santa Cruz do Sul. Por força da aprovação do requerimento do presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), a matéria foi encaminhada àquela comissão, antes de ser votada na CRE. Da mesma forma, foi acolhido requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS), solicitando que a CAS também fosse ouvida.

A convenção entrou em vigor mundialmente em 27 de fevereiro deste ano, após ter sido ratificada por mais de 50 países. Dos 168 países que assinaram o acordo, 74 já ratificaram a proposta. De acordo com a OMS, é o primeiro tratado internacional de saúde pública para o combate ao tabagismo.

Entidades dizem que fumo mata 200 mil por ano no Brasil

Autoridades sanitárias e representantes de entidades antitabagistas querem a ratificação da convenção-quadro. Para Érica Cavalcanti, representante do Instituto Nacional do Câncer (Inca), o objetivo da convenção é proteger as gerações presentes e futuras das “devastadoras consequências” geradas pelo consumo de tabaco e pela exposição à fumaça de cigarro. Segundo dados do Inca, o tabagismo provoca a morte anual de cinco milhões de pessoas, sendo que 200 mil apenas no Brasil, havendo ainda riscos para os fumicultores, em decorrência dos agrotóxicos utilizados na lavoura.

Érica afirmou ainda que a indústria do tabaco “tem distorcido os objetivos da convenção”, divulgando que a intenção é acabar com a fumiicultura e que a produção do fumo gera riquezas. A convenção, observou, não tem caráter compulsório e preconiza a redução do consumo de fumo e das mortes ligadas ao tabagismo. A representante do Inca lembrou que a convenção foi negociada ao longo de quatro anos e que o consumo de fumo provoca doenças crônicas graves.

Entre outras entidades, apóiam a convenção os representantes da Casa Civil da Presidência da República, Érico Feltrin; dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Oscar Pacheco; e do Desenvolvimento Agrário, Emma Siliprandi; da diocese de Santa Maria (RS), irmã Lourdes Dill; e da Sociedade Brasileira de Pneumologia, Luís Carlos Corrêa.